



BOLETIM 1365

Brasília (DF), 4 de abril de 2024



ABRIL VERDE: entidades promovem ações de prevenção de doenças no ambiente laboral

Inúmeras entidades do plano de representação da CONTRICOM estão promovendo ações e difundindo materiais de conscientização e prevenção de acidentes nos ambientes de trabalho, diante de dados ainda muito alarmantes do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho.

O SINTRACOM de Londrina (PR) elaborou material de divulgação em que afirma que “os dados alarmantes revelados pelo Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho destacam a urgência de ações efetivas para proteger nossos trabalhadores. De acordo com o órgão, nos últimos dez anos o País contabilizou mais de 7 milhões de acidentes de trabalho com trabalhadores registrados no regime CLT”.

O Sindicato acrescenta que “mesmo com uma legislação extensa, o Brasil segue entre os líderes dentro do ranking mundial de acidentes de trabalho, ocupando o 4º lugar referente às taxas de acidentes e mortalidade no trabalho. Em nosso país cada 3 horas, uma vida é perdida devido a acidentes de trabalho”, acrescentando que “essas estatísticas nos alertam para a necessidade de mudanças significativas em nossa cultura laboral”.

O SINTRACOM Londrina “reforça a importância da adoção de medidas preventivas pelas empresas, em conformidade com as Normas Regulamentadoras, especialmente a NR-1, que estabelece diretrizes para prevenção de acidentes. É fundamental que as empresas e os trabalhadores atuem em conjunto na identificação de riscos e na implementação de medidas de segurança”.

“A gestão de saúde e segurança do trabalho deve ser prioridade em todas as organizações. Investir em uma cultura de segurança, capacitação adequada dos trabalhadores e utilização correta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são passos fundamentais para reduzir os acidentes e proteger vidas”, alerta o Sindicato.

“Neste Abril Verde, vamos nos unir em prol da prevenção. Juntos, podemos construir um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todos”, finaliza a entidade.



Siga nossas Redes Sociais:
f @STICOMBEBRASILIA
WWW.STICOMBE.ORG.BR
☎ (61) 3347-8833

SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO
E DO MOBILIÁRIO DE BRASÍLIA

STICOMBE-BRASÍLIA também participa da campanha

O STICOMBE-BRASÍLIA também divulgou material alusivo ao ABRIL VERDE, em que demonstra participação ativa na campanha de conscientização.

Segundo o Sindicato, as ações “buscam conscientizar a população, especialmente os trabalhadores, sobre a importância da saúde e segurança no trabalho. Abril foi escolhido porque **dia 28** é dedicado à memória das vítimas de acidentes e de doenças do trabalho. Nesse período, ocorrem eventos com divulgação sobre o significado das medidas preventivas de proteção da saúde e a segurança dos trabalhadores diante do número ainda expressivo de acidentes relacionados ao trabalho.

“Por isso, trabalhador, mais do que nunca, exija o cumprimento da lei e das normas vigentes, especialmente quanto ao uso dos equipamentos individuais e de proteção coletiva (EPIs e EPCs)”, conclama a entidade.

FGTS Futuro é regulamentado e aguarda normas operacionais

O Conselho Curador do Fundo de Garantia aprovou a regulamentação do FGTS Futuro para a Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. A nova modalidade possibilita a utilização do fundo para a liquidação, amortização ou pagamento de prestações dos financiamentos habitacionais.

Assim, o trabalhador com carteira assinada que recebe até dois salários mínimos (R\$2.640) vai poder, em breve, usar depósitos futuros do FGTS para adquirir a casa própria.

A expectativa do governo é beneficiar pouco mais de 43 mil famílias. Se tiver êxito, a ideia é no futuro ampliar também para aquelas com renda até R\$ 8 mil.

A medida vai permitir que a Caixa, agente operador do FGTS, forneça as informações sobre a conta vinculada do trabalhador à instituição financeira, que vai solicitar o bloqueio dos valores para quitação ou amortização das prestações.

No entanto, a Caixa Econômica Federal precisa aprovar ainda normas operacionais para definir como serão realizados os repasses das transferências dos depósitos feitos pelo patrão na conta do trabalhador para o agente financiador do Minha Casa, Minha Vida. O trabalhador continuará a arcar com o valor restante da prestação.

Como funciona - Todos os meses, o empregador deposita, no FGTS, 8% do salário do trabalhador com carteira assinada. Por meio do FGTS Futuro, o trabalhador usaria esse adicional de 8% para comprovar a renda.

Com o Fundo de Garantia considerado dentro da renda mensal, o mutuário poderá financiar um imóvel mais caro ou comprar o imóvel inicialmente planejado e acelerar a amortização do financiamento.



Aposentados “indignados” com manobra do STF sobre “revisão da vida toda”

Em julgamento sobre fator previdenciário, ministros acabaram derrubando tese da revisão de aposentadorias

Depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar a tese da “revisão da vida toda”, o Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) diz estar “indignado” com o desfecho do julgamento.

Ao acatarem a regra de transição definida pela Lei 9.876/99, os ministros impediram os aposentados de fazer a escolha pelo melhor cálculo para seu benefício e invalidaram julgamento anterior, realizado em 2022.

“É lamentável. A decisão que, apesar de não ter ilegalidade técnica, gera grande insegurança jurídica ao conceder um direito e depois retirá-lo. Foi um triste dia na história da Justiça em nosso país”, diz Milton Cavalo, presidente do Sindnapi.

Autora da tese da “revisão da vida toda”, a coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi e professora de Direito Previdenciário da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Tonia Galleti, afirmou que todos sabiam que o argumento era forte e legítimo, tanto que a tese havia encontrado aprovação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no próprio STF.

“Percebemos que a força era grande quando o INSS se uniu à AGU (Advocacia Geral da União) para barrar. Eles levaram dois anos, mas deram um jeito, através de uma manobra, que mesmo não sendo ilegal, deixa um sentimento de desesperança de justiça social”, afirmou a advogada.

Segundo Tonia, os ministros foram técnicos ao extremo durante o julgamento realizado na quinta-feira (21), “esticando daqui e dali” para reverter o quadro. “Quebraram a cabeça até que alguém achou um fio da meada, pegando o fator previdenciário. E o que fica é uma insegurança de que se o Supremo julgar algo não será definitivo, porque ele mesmo pode voltar atrás”.

A advogada questiona também o tamanho do impacto estimado aos cofres públicos e divulgado pelo governo, em torno de R\$ 480 bilhões. Segundo Tonia, ninguém sabe ao certo quanto é. “Esses números não são reais, porque nem todo mundo que trabalhou antes de 1994 teria direito à revisão. Sabemos disso porque aqui, no sindicato, metade das pessoas que nos procuravam não tinham direito ao benefício”.

De acordo com a coordenadora jurídica, o maior impacto mesmo seria estrutural, porque a Previdência Social não teria condições de revisar processo por processo, uma vez que os dados antes de 1994 não estavam em sistema.

Orientação - A orientação do Sindnapi, agora, é que os aposentados não devem entrar mais com ações, porque a intenção pode ser vista como litigância de má-fé, uma vez que já há entendimento do STF.

Para quem já entrou, o sindicato diz que vai acompanhar os casos para saber como serão encaminhados os processos que estão na Justiça. “Pedimos às pessoas que não desanimem e informamos que seguiremos na luta pelos direitos dos aposentados, pensionistas e idosos, no trabalho diário pela cidadania e pela dignidade da população”, disse Milton Cavalo.

Fonte: InfoMoney



Fórum Nacional de MULHERES Trabalhadoras das Centrais Sindicais

LIVE Mobilização

O Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais, realizará uma Live no dia 27 de março às 18h, visando mobilização nacional contra a ADI impetrada pela CNI e CNC a trechos da Lei 14.611/23 de igualdade salarial.

Contamos com a valorosa presença de cada companheiro e companheira nesse ato.

NÃO ACEITAMOS RETROCESSO!

27 de Março Às 18h



FNMT emite nota de repúdio contra ADI das Confederações da Indústria e Comércio

As mulheres representantes das Centrais Sindicais que compõe o Fórum Nacional das Trabalhadoras das Centrais Sindicais – FNMT vem a público repudiar a ADI impetrada pela Confederação Nacional da Indústria - CNI e a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo – CNC, a trechos da Lei 14.611/23, conhecida como Lei de igualdade salarial.

Rechamos todo tipo de retrocesso, principalmente porque estas duas confederações

patronais participaram do GTI tripartite para ajustes na construção da Lei de igualdade salarial.

O machismo e a discriminação são ferramentas que não nos intimidam e impedem de continuarmos fazendo essa luta histórica por igualdade de salário. Esse tipo de ação por parte da CNI e CNC contra as trabalhadoras brasileiras mostra a face da violência que as mulheres sofrem no mundo do trabalho.

Não recuaremos! Nossa luta será sempre por melhores condições de trabalho e dignidade, pelo fim das desigualdades sociais, do machismo, da misoginia e todas as formas de preconceito.

Fonte: NCST

Nova lei cria certificado para empresa que promove saúde mental

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, a lei que cria o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental, voltado para as empresas que seguem critérios de promoção da saúde mental e do bem-estar de seus funcionários.

Para obter o certificado, as empresas devem desenvolver ações e políticas que efetivamente promovam a saúde mental dos trabalhadores. Caso descumpram as diretrizes, o certificado poderá ser revogado.

O certificado será concedido por comissão nomeada pelo Ministério da Saúde, que deverá aferir se as práticas desenvolvidas pela empresa estão alinhadas com as diretrizes.

Publicada no Diário Oficial, a Lei 14.831/24 tem origem em projeto (PL 4358/23) da deputada Maria Arraes (Solidariedade-PE), aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado. Segundo Arraes, o objetivo da lei é criar “um ambiente corporativo mais humano”.

Fonte: Agência Câmara

Ato do 1º de Maio será no Itaquerão, em São Paulo

O local já está confirmado. O 1º de Maio Unitário deste ano em São Paulo será realizado no estacionamento do Itaquerão, junto ao estádio do Corinthians, Zona Leste paulistana. Capacidade estimada para cerca de 25 mil pessoas.

Participam da organização as Centrais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, Intersindical e Pública. A exemplo de outros Atos, em anos anteriores, os organizadores convidarão autoridades e delegações internacionais.

Lula – Esperada a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. “Já enviamos o convite”, adianta João Carlos Gonçalves (Juruna), secretário-geral da Força Sindical. A eventual participação do Presidente envolve não só a questão da agenda, mas o item segurança, que requer um local apropriado e logística adequada.

Bandeiras – O Dia do Trabalhador 2024 tem como bandeiras Emprego Decente; Correção da Tabela do Imposto de Renda nos Salários; Menos juros; e Valorização do Serviço Público. Na questão do imposto, o pleito sindical é isenção até R\$ 5 mil.

Unidade – Segundo Juruna, “o 1º de Maio nasceu como expressão da vontade e unidade da classe trabalhadora”. Portanto, ele argumenta, “nosso empenho é pra que essa tradição se reafirme também no Ato deste ano”.

Atrações – O Ato do 1º de Maio terá atrações musicais e outras iniciativas artísticas. A programação será ainda elaborada.

Mais – Sites das Centrais.

Fonte: Agência Sindical

Produção da indústria recua 0,3% em fevereiro, diz IBGE

A produção da indústria brasileira caiu 0,3% em fevereiro. É o segundo mês seguido de baixa. Em janeiro, o desempenho tinha sido de -1,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo (IBGE), no Rio de Janeiro.

Apesar das duas quedas seguidas, no acumulado de 12 meses a indústria nacional apresenta evolução de 1%. Em janeiro de 2024, esse acumulado anual era de 0,4%.

O nível atual da produção industrial brasileira encontra-se 1,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 17,7% inferior ao ponto máximo da série, alcançado em maio de 2011.

Atividades - Comparando fevereiro com janeiro deste ano, dez dos 25 ramos industriais pesquisados mostraram redução na produção. As influências negativas mais importantes foram nos itens produtos químicos (-3,5%), indústrias extrativas (-0,9%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-6,0%).

Já entre as atividades que apontaram avanço, veículos automotores, reboques e carrocerias (6,5%) e celulose, papel e produtos de papel (5,8%) exerceram os principais impactos positivos.

No recorte das grandes categorias econômicas, o setor de bens intermediários recuou 1,2%, tendo sido a única taxa negativa dos quatro grupos pesquisados.

Entre os crescimentos, há destaque para o segmento de bens de consumo duráveis, que avançou 3,6% e apontou o crescimento mais acentuado nesse mês, após também avançar em janeiro (1,5%) e dezembro de 2023 (6,6%). Bens de capital (1,8%) e bens de consumo semi e não duráveis (0,4%) também registraram resultados positivos.



Pacheco derruba reoneração da folha de pagamento de municípios em MP

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deixou que o trecho relacionado a reoneração da folha de pagamentos dos municípios caduque na medida provisória (MP) 1.202 de 2023. Pacheco prorrogou o restante da MP, com exceção dos trechos relacionados à reoneração.

“A decisão significa que a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, e não por MP”, disse Pacheco em nota. “[...] uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo”.

Inicialmente, o governo Lula (PT) editou a MP para reonerar tanto os 17 setores da economia beneficiados com a prorrogação da desoneração da folha até 2027 como os municípios, que também foram beneficiados. Depois de negociações com o Congresso, a administração petista desistiu de reonerar os 17 setores e retirou esse trecho da MP. Mas a reoneração dos municípios permaneceu.

A escolha foi criticada por Pacheco ainda em fevereiro. Na época, o presidente do Senado lembrou que foi uma escolha do Congresso estender a desoneração da folha de pagamentos para os municípios. Assim como com a desoneração para os 17 setores, o veto de Lula sobre os municípios já foi derrubado pelos deputados e senadores.

A desoneração para os 17 setores da economia deve voltar a ser discutido por projeto de lei (PL). Essa é uma opção para a desoneração dos municípios também, mas há ainda a chance de o governo levar o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF) por possível inconstitucionalidade na renúncia de receita previdenciária dos municípios.